



Servidores cobram do diretor-geral resposta do STF sobre comissão de negociação | 1

# Servidores cobram do diretor-geral resposta do STF sobre comissão de negociação

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Eduardo Silva Toledo, assumiu o compromisso de levar à presidente do órgão, Cármen Lúcia, a reivindicação dos servidores de instalação de uma comissão interdisciplinar que pautasse as demandas da categoria e reinicie o processo de negociação.

Dirigentes da Fenajufe se reuniram com o diretor-geral na sexta-feira (8), quando apresentaram uma versão atualizada da pauta de reivindicações, já entregue à ministra



Cármen Lúcia em dezembro.

Naquela ocasião – até agora a única em que a presidente do STF recebeu a representação sindical nacional dos servidores –, Cármen Lúcia prometera uma resposta em pouco tempo sobre as demandas e sobre a reinstalação da comissão interdisciplinar com participação dos servidores. Até o momento, no entanto, imperou o silêncio: não houve respostas e tampouco a formação da comissão de negociação foi encaminhada.

Na reunião com o diretor-geral, os representantes da federação expuseram uma série de demandas dos servidores, entre eles a questão salarial. “Reivindicamos que fosse urgente esse encaminhamento da comissão; todos os itens podem e devem ser tratados com a instalação de uma nova comissão interdisciplinar”, relata o coordenador-geral da Fenajufe



## Servidores cobram do diretor-geral resposta do STF sobre comissão de negociação | 2

Adilson Rodrigues. “Queremos uma nova tabela salarial para a categoria, a ser elaborada e negociada internamente para que se chegue a um projeto de lei a ser encaminhado o quanto antes, inclusive antes de esgotar a janela orçamentária, 31 de agosto, quando o Executivo encaminha a proposta orçamentária do ano que vem ao Congresso.”

A preocupação dos servidores é que a última parcela do reajuste conquistado na greve de 2015, a maior da história do Judiciário Federal, está prevista para ser incorporada aos salários em janeiro de 2019. Depois disso, o que existe é uma total incerteza quanto à situação salarial da categoria, em meio a um dos mais duros ajustes fiscais já aplicados no país contra os serviços públicos.

Entre outros temas, reunião abordou também a defasagem dos benefícios, a situação dos planos de saúde, a defesa do nível superior para os técnicos judiciários, a ação dos quintos e a pauta geral do funcionalismo.

“A reunião foi amistosa de lado a lado; pode abrir um canal de negociação e nós estamos aguardando uma resposta nos próximos dias e vamos cobrar”, resume Adilson. “Já no dia 19 de junho estamos chamando toda a categoria do Distrito Federal e dos estados a mandarem representações para participar do ato que vamos fazer com os demais servidores federais para defender uma decisão favorável no STF do dia seguinte, que é a retomada do julgamento da revisão anual de salários, pautada em recursos extraordinários.”

Participaram ainda da reunião, pelo STF, o diretor de Recursos Humanos, Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes, e a secretária de Segurança do tribunal, Regina Alencar Machado da Silva. Pela Fenajufe também participaram os coordenadores Edmilton Gomes de Oliveira e José Rodrigues Costa Neto.



### **Pontos tratados na reunião com o diretor-geral do STF:**

**Reinstalação da comissão interdisciplinar:** reuniria representantes do STF, dos tribunais e conselhos superiores e da Fenajufe. O diretor-geral se comprometeu a conversar com Cármen Lúcia e a informar à Fenajufe o resultado. É nessa comissão que seria tratada a maioria dos temas que constam da pauta, como a questão salarial e as perdas, estimadas



## Servidores cobram do diretor-geral resposta do STF sobre comissão de negociação | 3

em 41,50% entre junho de 2006 e janeiro de 2019, de acordo com estudo realizado para o Sintrajud pelo economista Washington Lima.

**Benefícios:** defesa da atualização dos valores dos benefícios auxílio-alimentação e pré-escolar, com reposição na íntegra do IPCA desde fevereiro de 2016 e manutenção da política de igualdade de tratamento a todos os servidores do PJU. Para além dos 2,95% de atualização recém-efetuada nos benefícios, referente ao IPCA de 2017, é preciso garantir também a reposição na íntegra do IPCA de 2016, que é de 6,95%.

**Saúde:** os coordenadores da Federação defenderam que a política de saúde do Judiciário seja unificada e melhorada. A portaria conjunta que reajustou os benefícios ignorou os planos de saúde, cujos padrões de atendimento vêm sendo rebaixados, enquanto mordem uma parcela de contribuição cada vez maior dos servidores.

**Nível de escolaridade:** defesa da exigência de nível superior para o cargo de técnico judiciário. O diretor-geral disse que esse tema, já debatido na última Comissão Interdisciplinar, deve ser remetido à nova comissão para conclusão e encaminhamentos.

**Revisão anual de salários:** os dirigentes sindicais relataram a cobrança da categoria pelo reconhecimento e garantia da revisão anual de salários, cujo julgamento no STF pode ser retomado no dia 20 de junho, no Recurso Extraordinário nº 565.089/SP, com repercussão geral suscitada, que trata do pedido de indenização em face do descumprimento da revisão prevista na Constituição Federal.

**Pauta do funcionalismo:** os servidores entregaram a pauta conjunta do funcionalismo, que o diretor-geral disse já ter acessado. A Fenajufe comunicou a Toledo a construção de mobilização e ato conjunto no STF em 19 de junho, às 15h, véspera do julgamento a ser retomado sobre a revisão anual de salários.

**PLS 228/2018 no Senado:** os servidores relataram a tramitação no Senado do projeto de iniciativa popular pelo qual seria tipificado como crime de responsabilidade o fato de o Executivo não enviar ao Legislativo a proposta de revisão geral anual da remuneração dos servidores, nas três esferas de governo. Após o diretor-geral informar que desconhece os aspectos do projeto, a Fenajufe destacou a importância de as assessorias dos tribunais superiores atuarem a favor da proposta, que pode dar efetividade à decisão do próprio STF que reconhece o direito dos servidores à revisão anual.



Servidores cobram do diretor-geral resposta do STF sobre comissão de negociação | 4

**Emenda Constitucional 95:** os servidores expuseram a luta nacional do funcionalismo pela derrubada da Emenda Constitucional 95, que prevê o congelamento dos orçamentos dos serviços públicos até 2036. O diretor-geral manifestou preocupação com a situação provocada pela medida em todo o serviço público.

**Quintos incorporados:** os servidores reafirmaram a preocupação com o julgamento dos quintos; pediram sensibilidade ao STF sobre a gravidade dos impactos de uma eventual decisão que leve à redução de salários de muitos servidores e disseram que haverá reação e mobilização caso isso aconteça. O diretor-geral disse que a ministra Cármen Lúcia fechou questão para que nada seja feito até a conclusão do julgamento no Supremo. Com relação à notificação da Advocacia-Geral da União quanto ao caráter vinculante da medida, o diretor-geral relatou que o tribunal argumentou com a AGU sobre a impropriedade do parecer expedido, uma vez que o julgamento está em curso.

**Questão dos 13,23%:** a Fenajufe cobrou solução e reconhecimento do pagamento do percentual à categoria, lembrando o trabalho executado para que os 13,23% não constassem na lei que instituiu o último PCS em 2016, enquanto a administração do tribunal à época insistiu na manutenção do texto, argumentando que haveria reconhecimento tácito da parcela. Até o momento isso não aconteceu e agora o percentual está em risco com a proposta de edição de súmula vinculante para cassar esse direito do funcionalismo.

**Ajuste na folha de pagamento:** relato do pequeno problema identificado na recente folha de pagamento de junho de 2018, com relação ao vencimento do NS-C-13, após aplicação do percentual de 8%, previsto no art. 2º, VI, da Lei n.º 13.317/2016. O secretário de Gestão de Pessoas do STF, Cícero Gomes, informou já ter detectado o problema e estar buscando solução.